



A BATALHA DE OURIQUE E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PORTUGUESA: DE FERNÃO LOPES À LUIS DE CAMÕES

Rodrigo Franco da Costa¹

Resumo: Objetiva-se neste artigo a análise da evolução da Lenda sobre a Batalha de Ourique através da literatura portuguesa. Deseja-se mostrar como a Lenda foi de fundamental importância para a formação da identidade portuguesa ao longo dos escritos sobre a batalha. Disserta-se sobre a Lenda desde os seus primeiros relatos, passando pela *Crónica de 1419*, pela *Crónica de D. Afonso Henriques*, de autoria de Duarte Galvão, até *Os Lusíadas* de Luís de Camões. Discute-se importantes acontecimentos como a coroação de Afonso Henriques como primeiro monarca português, seu sonho e a aparição de Cristo para o mesmo. O episódio foi visto como uma forma de sinal da divina providência, construindo-se, assim, uma “origem sagrada” para o reino e para o povo português. É possível observar ao longo das obras, que contém a batalha de Ourique, um desenvolvimento no enredo referente ao combate, sendo cada vez mais recorrente diálogos mais elaborados e um discurso legitimado e consagrado sobre o ocorrido.

Palavras-chave: Ourique; Portugueses; Literatura; Identidade, Afonso Henriques.

Abstract: The objective in this article is the analysis of the evolution of Legend about the Battle of Ourique through the Portuguese literature. It is desired show how the legend was of fundamental importance for the formation of Portuguese identity over the writings about the battle, is exposed on the Legend since their early reports, through the *Chronicle of 1419*, the *Chronicle of Afonso Henriques*, written by Duarte Galvão until *Os Lusíadas* of Luís de Camões. It discusses important events such as the coronation of Afonso Henriques as the first Portuguese monarch, his dream and the appearance of Christ to the same. The episode can be seen as a token of divine providence, building up as well, a “source sacred” for the kingdom and for the Portuguese people. You can see

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC - UFRJ). Endereço eletrônico: rodrigo.franco1991@gmail.com

over the works containing the Battle of Ourique, a development the plot on fighting, increasingly more elaborate dialogues legitimized and enshrined on the speech occurred.

Keywords: Ourique; Portuguese; Literature; Identity; Afonso Henriques .

O conflito conhecido como a Batalha de Ourique, combate protagonizado pelas forças do rei Ismar e os cinco reis mouros contra as forças de D. Afonso Henriques, ganha bastante popularidade com a *Crónica de D. Afonso Henriques*, escrita por Duarte Galvão.² Esse conflito cantado por Luis de Camões em *Os Lusíadas* vai estar presente em diversas crônicas³ medievais de forma mais ou menos parecida, ocorrendo uma homogeneidade entre essas crônicas no que diz respeito à narrativa do confronto. É importante notar que a maioria desses textos sobre a Batalha de Ourique foi escrita em meados do século XV e início do século XVI, como a *Chrónica de D. Afonso Henriques*, de autoria de Duarte Galvão em 1505. Luis Felipe Lindley Cintra ajuda-nos a discutir a aparição da Lenda de Ourique nesses escritos medievais.

A sucessiva identificação nos últimos anos de dois manuscritos de uma Crónica dos sete primeiros reis de Portugal redigida, como nela própria se declara, a partir de 1419, teve, entre muitos outros, o interesse de nos colocar perante a mais antiga narração até hoje conhecida da lenda de Ourique, em que se descreve o aparecimento de Cristo a Afonso Henriques. Efectivamente, até ter sido dado a conhecer este importantíssimo texto, o relato de uma data mais recuada em que se encontrara o milagre narrado por extenso era o de Duarte Galvão, como também nela própria se declara, em 1505. É certo que se podiam apontar rápidas alusões à aparição em dois textos anteriores, ambos da segunda metade do século XV, um deles português, outro francês: a segunda breve crónica da santa cruz, ou melhor, servindo-nos das palavras que a encabeçam no códice “ a arenga que fizeram em Lisboa quando fizeram as festas aa imperatris, filha del Rey Eduarte” em 1451; e as Memórias do nobre borgonhês Olivier de la Marche (1426? – 1502) (CINTRA, 1957: 5-6).

² Filho de Rui Galvão, secretário de Afonso V, e ele próprio secretário e conselheiro de D. Manuel, foram-lhe confiadas várias missões diplomáticas importantes. É o autor da *Crónica de Dom Afonso Henriques*, considerada como a cópia da *Crónica Geral do Reino de 1419*, atribuída a Fernão Lopes, cujos originais desapareceram. PEREIRA, José Costa. **Dicionário Enciclopédico da História de Portugal**. Lisboa: Alfa, 1990, p. 280.

³ Em geral, entende-se por crônicas os relatos históricos em que os fatos aparecem registrados e expostos de maneira simples e por ordem cronológica, sem que os respectivos autores procurem determinar-lhes causas e efetuar o seu encadeamento. Os temas estavam, de ordinário, em acontecimentos de que os próprios cronistas foram contemporâneos, pelo que as vezes se chega a abundância de pormenores. SERRÃO, José. **Dicionário de História de Portugal**. Lisboa: Iniciativas, 1968, p. 753.

O termo “Ourique”, como afirmam alguns especialistas, deriva do germânico, mas provavelmente sofrera influências árabes ao longo de sua história etimológica. Na lenda, Ourique refere-se a um determinado lugar onde ocorreu o conflito, porém a imprecisão sobre esse espaço é grande. Vitoriano José Cesar ajuda-nos a discutir esse termo:

Diz o Sr. David Lopes que Ourique deriva do nome germânico Auricus, arabizado, sendo a forma Oric a mais antiga, talvez do século XII, como vem no *Chronicão Lamacense*, e seria proveniente de um nome godo, Auricus ou Auraricus. É crível que em 1139 o nome Ourique fosse aplicado apenas a um local ou a uma região de tal modo conhecida que não houvesse a necessidade de referi-la a uma povoação próxima. Diz o arabista D. Eduardo Saavedra que a palavra Ourique nunca a encontrou em documentos árabes. O padre Antônio de Figueiredo diz que a batalha tomou o nome de Ourique por ser esta vila mais notável da região. Há porém, quem estenda de tal maneira o campo de Ourique de forma abranger todos os castelos e povoações dadas a ordem de S. Tiago (CESAR, 1934: 5-6).

Um dos primeiros textos em português referente à batalha de Ourique é o da *IV Crónica Breve de Santa Cruz*, onde se fala brevemente sobre a derrota dos cinco reis Mouros para o exército português de Afonso Henriques, sendo ele nomeado rei em seguida:

A mais antiga história dos reis portugueses que se sabe ter sido redigida em Portugal e em língua portuguesa é a chamada IV crônica breve de Santa Cruz, escrita sem dúvida pouco depois de 1340. No manuscrito de fins do século XV em que este texto nos conserva, faz parte dela a curta referência à batalha de Ourique que se segue: “E depois ouve batalha em nos quanpos d’ourique e venceoa. E des ally em diante se chamou el Rey dom Afomso de Purtugal, e entom tomou por armas as cinco quinas [sic] (*Idem*: 27).

O autor, ao falar da coroação de Afonso Henriques e da aparição Jesus Cristo, entende que estes fatos apareceram em textos literários ou históricos bom tempo após o próprio confronto:

Aparecem três séculos depois de 1139. Foi nas crônicas breves e memórias avulsas de S. Cruz de Coimbra que pela primeira vez se localiza a batalha além de Castro Verde em Ourique, e se diz que D. Afonso Henriques foi alevantado rei e ali “lhe apareceo nosso senhor ihesu christo posto em cruz”. Numa dessas memórias lê-se: ... “ajuntou (D. Af. Henriques) todas as suas gentes e foy sobre os mouros e corre lhes a terra des Coimbra atee Santarém. As chronicas breves e Memorias avulsas de Coimbra, são obra de várias pessoas, e

é desde então que se começou a formar a lenda de Ourique no Alentejo com o respectivo milagre, e se exageraram os efectivos dos muçulmanos para dar maior relevo a vitória dos cristãos [sic] (*Idem*: 12).

Narrativas sobre a Batalha podem ser encontradas ao longo de vários escritos, porém cabe ressaltar que elementos referentes ao “Milagre de Cristo”, suas aparições e singularidades dessa natureza se tornaram presentes apenas em narrativas bem posteriores ao conflito. “No caso do milagre de Ourique, por exemplo, os textos mais antigos, embora refiram a batalha em si mesma, não encerram qualquer elemento que, nem de perto, nem de longe possa ser referido ao ‘milagre.’” (SARAIVA, 1919: 15). Observa-se abaixo representada a aparição de Jesus Cristo nas *Memórias do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, como vimos primeiro documento em retratar o evento a partir de bases lendárias e mitológicas⁴.

E assim pelejou e venceu cinco reis mouros no Campo de Ourique, onde lhe apareceu nosso senhor Jesus Cristo posto na Cruz. Por cuja semelhança do divinal mistério pôs em seu escudo as armas que ora trazem os reis de Portugal. Este Muito nobre Rei foi o que primeiramente tomou a muito leal cidade de Lisboa dos mouros, e Santarém, Leiria, Alenquer, Óbidos, e Torres Vedras com todos outros lugares da Estremadura. E este muito nobre as maiores casas de oração que há em estes reinos de religiosos, convém saber o Mosteiro da Virtuosa Cruz que é em Coimbra, o Mosteiro de Alcobaça, e o Mosteiro de São Vicente de Fora.⁵ (Pequenas Crônicas de Santa Cruz de Coimbra, 1982: 61).

Tendo-se em vista que os pequenos escritos das *Memórias do Mosteiro da Santa Cruz* datam de meados do século XV, não se encontram documentos escritos da aparição de Cristo em fontes anteriores que tratam da Batalha de Ourique. Dessa forma, podemos observar que a Lenda da aparição de Jesus é uma visão bem posterior do ocorrido. Miguel de Oliveira ajuda-nos a discutir essa questão:

⁴ Entende-se por mito a definição do Historiador Peter Burke: Um mito (...) é uma história sobre o passado, um “alvará” para o presente. Ou seja, a história fictícia desempenha a função de justificar alguma instituição no presente e, desse modo, manter sua existência. Ainda assim, é esclarecedor definir o mito em termos não só de funções como também de formas ou “enredos” recorrentes, (...) como produtos imutáveis do inconsciente coletivo. É mais provável que um historiador os considere produtos da cultura, que vão mudando lentamente à longo prazo. BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: Unesp, 2012. p, 171 – 172.

⁵ E assy pellegou e uemceeo cinco rex mouros no campo douryque omde lhe apareceeo nosso Senhor ihesu christo posto em a cruz. Por cuiya e semelhança do diuinal misteryo pos em seu escudo as armas que ora trazem os Reys de Portugal. Este mui nobre Rey foy o que primeiramente tomou a mui leal cidade de lixboa aos mouros, e Santarém, leiria , alemquer, obidos, e torres uedras com todos outros lugares da estremadura. E este mui nobre Rey as maiores casas dooraçom que há em estes reinos de religiosos, comuem a saber, o moesteiro da uirtuosa cruz que he em Coimbra, e o moesteiro dalcobaça, e o moesteiro de Sam Vicente de fora.

Não há até o século XV “nenhum documento” que fale da aparição de Cristo a D. Afonso Henriques, na véspera da batalha de Ourique. Os que se tem apresentado não são concludentes. Há porém “cinco” documentos do século XII que falam da batalha - mas nenhum fala da aparição, notando-se que, entre esses, há-os que narram milagres. As primeiras referências certas ao milagre são do meado do século XV: nascido então, o milagre vai se amplificando pouco a pouco, até achar nos escritores de quinhentos, e especialmente em Duarte Galvão, a sua forma definitiva. Temos, pois, de um lado, o silêncio dos três séculos mais chegados à batalha, sobre o milagre da aparição; e, do outro, o aparecimento tardio, da lenda, em condições que denunciam um processo evolutivo. Note-se ainda que, segundo a versão quinhentista, Cristo não se limitou a aparecer e a prometer a vitória - mas profetizou os destinos futuros de Portugal, de sorte que os contemporâneos do rei conquistador ficaram tendo do próprio Deus os títulos de legitimidade da nova monarquia e a garantia de seu futuro glorioso. Pois é este facto da fundação divina de Portugal – ao lado do qual não há para portugueses facto importante – que todos deixam em silêncio, falando aliás da batalha que ele se teria dado.(OLIVEIRA, 1944: 90 – 95).

No século XII, foram escritos importantes documentos que dissertaram sobre a Batalha de Ourique, expondo uma narrativa diferente das posteriores que construíram a Lenda, mas com algumas características similares aos textos do século XV e XVI. Um desses textos que conquistou importância na discussão da Batalha de Ourique foi a *Chronica Gothorum*, um dos primeiros escritos a tratar do evento histórico em questão.

Obra conhecida desde o século XVI pelo nome pouco apropriado de *Chronica Gothorum*. Esta obra, como no-lo permite hoje ver com clareza o definitivo estudo que a ela e a todos os textos da mesma família dedicou a anos Pierre David, é fundamentalmente constituída pela versão longa de uns artigos anais a que aquele autor chamou *Annales Portugalenses Veteres*. Só na parte final, a partir de 1125, é que essa versão foi substituída por uns anais do reinado de Afonso I. (CINTRA, 1957: 23).

Miguel de Oliveira explica-nos a imprecisão dos acontecimentos e do surgimento da Batalha de Ourique. O intelectual nos expõe a importância da *Crónica de D. Afonso Henriques* e disserta sobre as memórias referentes ao acontecimento. O livro escrito por Duarte Galvão, apesar das incertezas do evento, é bem detalhista no que refere aos personagens, ao milagre da aparição de Cristo e das falas relacionadas a D. Afonso Henriques:

Convém advertir que esta série de memórias é de um tempo mais afastado da batalha de Ourique do que nós o estamos da Revolução de 1640. Aparição de Cristo, aclamação régia, composição do escudo e

do local da batalha – tudo são lendas, ou faces da mesma lenda, elaboradas do mesmo tempo e de igual valor histórico. Vem a seguir, em princípios do século XVI, a crónica de Afonso Henriques, de Duarte Galvão. As indicações são ainda mais precisas. A abundância do descritivo, o rol dos nomes de fidalgos e cavaleiros, os diálogos, os discursos e o que mais ai se conta, dão-nos a impressão de que teria ressuscitado, para narrar tudo ao cronista, o próprio D. Afonso Henriques. (OLIVEIRA, 1944: 44).

Luis Felipe Lindley Cintra concorda com a riqueza de detalhes exposta na *Crónica de D. Afonso Henriques*, comparando inclusive a obra de Duarte Galvão com a *Chronica Gothorum*:

O relato da batalha e este outro trecho aparecem-nos ricos de pormenores concretos ausentes de todas notícias anteriores, cronísticas ou analíticas – até mesmo da mais desenvolvida de todas elas, a da *Chrónica Gothorum* do séc. XII. Indica-se-nos, em linhas gerais, o itinerário da expedição de Afonso Henriques e localiza-se com precisão o local da batalha: o infante, saído de Coimbra, teria avançado em direção à Santarém, atravessado o Tejo e penetrado no Alentejo até o campo de Ourique, onde, no chamado Castro verde, teria deparado com as forças sarracenas e travado o célebre combate. (CINTRA, 1957: 31).

José Maria Rodrigues aborda também a questão das “invenções” posteriores feitas por Duarte Galvão acerca dos detalhes dos acontecimentos em Ourique como as referências à espada de Afonso Henriques e ao aparecimento de Cristo:

É escusado observar que as armas dos primeiros monarcas portugueses diferiam muito das que são descritas por D. Galvão e por Camões, e que no simbolismo dos trinta dinheiros, dos cinco reis mouros vencidos, das cinco chagas da aparição de Cristo (a cruz formada pelos cinco escudos), apenas há invenções ou propriedades a posteriori. (RODRIGUES, 1905: 51).

Duarte Galvão é apontado como cronista do reino de D. Duarte. O cronista do final do século XV e início do século XVI tem como autoria não apenas a *Crónica de D. Afonso Henriques*, mas também outros importantes trabalhos.

Duarte Galvão constitui, não obstante, exemplo típico do que há de orgânico na evolução espiritual e política do final do século XV. Além da Crónica de D. Afonso Henriques, de que restam vários códices quinhentistas magnificamente caligrafados e miniaturados subsistem de Galvão os documentos seguintes: Epistola ad Status brabantiae; Carta de Afonso de Albuquerque; Carta ao secretário de Estado Antônio Carneiro. (PIMPÃO, 1959: 298 – 299).

Sua importância como intelectual do século XV e do início do XVI é grande. Esteve ligado a diversos cargos administrativos delegados pelos seus respectivos monarcas.

Tanto Duarte Galvão como Rui de Pina escreveram as crônicas por mandado de D. Manuel, isto é, no século XVI. Um e outro desempenharam vários cargos importantes no século XV, e, o primeiro desde o reinado de D. Afonso V, do qual já era secretário no ano de 1466. O ano de 1446, em que se diz ter nascido, é apenas uma data provável. Lourenço Galvão, que já atrás citamos, dá-o como nascido em Évora em 1438. No reinado de D. João II Duarte Galvão fez parte de seu conselho. Tanto este como seu sucessor utilizaram os serviços de Duarte Galvão em várias embaixadas, devendo salientarse entre todas, as que desempenhou em Flandres, junto ao arqueduke Maximiliano, e em Roma, junto ao papa Júlio II, a propósito da cruzada contra os Turcos. (*Idem*: 298).

A principal obra de Duarte Galvão, a *Crónica de D. Afonso Henriques*, costuma ser mal vista pelos literatos portugueses e por outros intelectuais que estudam sobre o assunto, como afirma Álvaro da Costa Pimpão. No período a obra não foi bem vista por expor a briga do primeiro monarca português com sua mãe pelo condado portugalense: “a Crónica do nosso primeiro rei foi sempre muito desfavoravelmente julgada, por causa dos capítulos em que se narra a prisão de D. Teresa e o dissídio com o nuncio do papa. Daí a censura que foi objeto o manuscrito que serviu par a primeira impressão”. (*Idem*: 299).

Num segundo momento, séculos depois, já na análise histórica da crônica escrita por Galvão, o motivo da obra não ter sido muito valorizada foi o entendimento da mesma como “plágio” de outra crônica medieval. Arthur de Magalhães Basto descreve-nos que a crônica escrita por Duarte Galvão tem trechos muito próximos e até idênticos de outra e conhecida crônica portuguesa, a chamada *Crónica dos Cinco Reis de Portugal*:

Começarei a dizer que a Crónica de Galvão e as Afonsinas de Pina tem as mais estreitas afinidades a dos cinco reis. Todos os capítulos desta, referentes aos reinados de D. Sancho I a D. Afonso III encontram-se nas crônicas de Pina, e o mesmo afirmarei nos capítulos referentes ao reinado de D. Afonso I quanto à Crónica de Galvão. Entre Galvão e a Crónica dos Cinco Reis há longuíssimos trechos em que não se encontram diferenças de redacção, nem de ordenamento das matérias. (BASTO, 1959: 59 – 60).

O autor, após essa afirmação, entende que a *Crónica de D. Afonso Henriques*, escrita por Duarte Galvão, teve como principal fonte a *Crónica dos Cinco Reis*, baseando-se nela para fundamentar sua narrativa ornada sobre a história de D. Afonso Henriques e sobre a batalha de Ourique. “O que se pode concluir é que Galvão quis ampliar o que aquela crónica dizia, e se socorreu doutras fontes; mas a sua fonte principal foi a *Crónica dos Cinco Reis*.” (*Idem*: 59).

Entende-se que a *Crónica de D. Afonso Henriques*, escrita por Duarte Galvão, é entendida como uma importante narrativa da Batalha de Ourique. Observa-se também que a mesma é acusada por ter sido copiada da *Crónica dos Cinco Reis*. Sobre essa última, Arthur Magalhães Basto entende que sua escrita teria vindo de um único autor pela unidade textual residida na mesma, não sendo uma compilação de vários autores.

O que antes de mais nada, julgo útil fazer notar é o título - *Crónica de Cinco Reis de Portugal*, etc. - e não *Crónicas de Cinco reis de Portugal*. A palavra Crónica no singular harmoniza-se absolutamente com o texto, que constitui um todo seguido, uma unidade, onde, como observei, não havia primitivamente divisões entre os diferentes reinados. Era uma crónica só. (*Idem*: 59).

A Crónica data de 1419, levando o nome também de *Crónica de 1419*, ou *Crónica do reino de Portugal de 1419*, como afirma o autor: “Temos portanto que segundo declarações expressas contidas na *Crónica dos cinco reis*, esta foi começada a compor no dia 1º de julho de 1419.” (*Idem*: 83). Quem teria escrito a *Crónica dos Cinco Reis*? Pelas referências usadas na crônica, Magalhães Basto afirma que “o autor desta Crónica deve ter sido pessoa bem documentada e escrupulosa; só gostava de afirmar podendo basear-se em fontes escritas.” (*Idem*: 73).

Existe um grande e acirrado debate sobre o autor da *Crónica dos Cinco Reis* ou da *Crónica de 1419*, entre os intelectuais que protagonizaram o assunto, temos Arthur de Magalhães Basto e Álvaro da Costa Pimpão. O primeiro acredita que a *Crónica de 1419* teria sido escrita por Fernão Lopes,⁶ como afirma o autor abaixo de forma cautelosa: “Ignora-se quem tenha sido o autor dessa Crónica misteriosa, mas inclino-me

⁶ Creio que não será julgada absurda a opinião de que a *Crônica de Portugal*, que existia na livreria de D. Duarte, nada a mais devia ser do que o trabalho de Fernão Lopes, não evidentemente tudo que ele escreveu, mas apenas a parte concluída antes da morte do rei eloquente, tão ilustre e amante das letras como desventurado. BASTO, A. de Magalhães. **Fernão Lopes: Suas “crônicas perdidas” e a crônica geral do reino – a propósito duma crônica quatrocentista inédita dos cinco primeiros reis de Portugal.** Porto: Progredior, 1943, p. 10.

para opinião de que essa obra não seria mais do que aquela que, conforme se crê, Fernão Lopes elaborou sobre os feitos de todos os antigos reinou de Portugal.”(BASTO, 1959: 102).

Álvaro da Costa Pimpão diz que a *Crónica de 1419 (Crónica dos Cinco Reis)* não seria de autoria de Fernão Lopes pelas disparidades apresentadas entre esta crônica e a sua obra mais famosa, a *Crónica de D. João I*. Assim, o autor afirma categoricamente que:

Temos hoje alguns elementos para apreciar o problema em debate, isto é, se representam o primeiro volume das crônicas perdidas de Fernão Lopes. Antes, porém de prosseguirmos, importa salientar que a leitura das crônicas existentes de Fernão Lopes nos habituou a fazer deste uma grande ideia, sem o qual não se justificaria o lugar que lhe damos nessa história da literatura. É certo que as *crônicas de D. Fernando* e de *D. João I* respeitam a tempos mais próximos do cronista; que estes tempos são mais dramáticos e, portanto, mais susceptíveis de aliciar a imaginação criadora ou interpretativa de um artista; contudo, não é fácil de admitir que num conjunto de crônicas atribuíveis a Fernão Lopes se não encontre uma página que lembre as por ele de fato escritas! É certo que nas páginas consagradas à conquista de Santarém ou do Algarve há certa vida e animação; mas em passo algum o autor da *crônica dos Cinco ou dos Sete reis* se ergue as alturas de qualquer das páginas do autor da *crônica de D. João I*. (PIMPÃO, 1959: 224).

Arthur de Magalhães Basto reforça a sua tese de que Fernão Lopes teria escrito a tal crônica, entre outras causas, pelo motivo de que naquele período o cronista em questão teria escrito uma série de outros trabalhos sobre a primeira monarquia portuguesa:

Ele teria escrito as de todos os restantes reis da primeira dinastia e talvez ainda a de D. Duarte – e desse trabalho se teriam aproveitado Duarte Galvão e Rui de Pina. Se o conjunto de todas as crônicas escritas por Fernão Lopes foi o que se chamou a *Crónica de Portugal* ou *Crónica Geral do Reino*, temos de concluir que desta ainda nos resta, além das três crônicas averiguadamente de Lopes, tudo aquela que dela tenha passado para a Crónica de D. Afonso Henriques, de Galvão. (BASTO, 1959: 102).

Apesar da discordância em relação sobre a autoria ou não de Fernão Lopes em relação à *Crónica de 1419*, ambos concordam com a ideia de cópia desta por parte de Duarte Galvão para a construção da *Crónica de D. Afonso Henriques*. O autor supracitado expõe uma série de referências sobre a questão:

Que Duarte Galvão se baseou largamente num trabalho anterior ninguém o tem negado. No dizer do historiador João de Barros, ele não escreveu propriamente a Crónica de D. Afonso Henriques, mas apenas apurou a “linguagem antiga” em que esta crónica já estava escrita. Frei Antonio Brandão diz que Galvão copiou a Crónica de D. Afonso Henriques. O próprio Galvão fala, no prólogo dessa obra, do trabalho que há-de ter em “ajuntar e suprir cousas de tanto tempo desordenada e falecida, e para haver de emendar escritos alheios”, e comprar a incumbência que D. Manuel lhe dera (de ordenar e escrever os feitos dos reis do passado) a uma transladação para “mais honrados jaziguos e sepulturas”, ou a um “quase novo descobrimento, e renovação, e renovação de cousa acerqua perdida [sic](*Idem*: 103).

Álvaro da Costa Pimpão concorda nesse ponto com Arthur de Magalhães Basto, expondo a importância central que a obra agora discutida teve para a crónica homônima do primeiro rei português escrita por Duarte Galvão: “Não há dúvida de que Duarte Galvão e Rui de Pina aproveitaram largamente o relato da *crónica de cinco ou de sete reis*, o que não está de modo algum provado é que esta crónica seja o 1º volume das crónicas de Fernão Lopes” (PIMPÃO, 1959: 226).

Ambos concordam que Duarte Galvão baseou fortemente seus escritos nessa crónica. O que podemos observar como desacordo é o fato da autoria de Fernão Lopes ser dada ou não à *Crónica dos Cinco Reis*: “Se Galvão e Pina, como se tem dito, se basearam em Fernão Lopes - se essa tão geral afirmação corresponde à verdade, - então a Crónica dos Cinco reis não pode deixar de ser um fragmento importante da Crónica geral do reino de Portugal, de Fernão Lopes.”(BASTO, 1959: 300).

Luis Felipe Lindley Cintra também se posiciona em relação à forte influência da *Crónica de 1419* à obra de Duarte Galvão, expondo os numerosos pontos de manutenção entre as duas obras acima expostas. O autor ao contrário de Pimpão e Basto cita não só as partes reproduzidas por Galvão na *Crónica de D. Afonso Henriques*, mas também as partes escritas, de fato, pelo autor.

D. Galvão: o cronista não tinha inventado a lenda mais tinha seguido na sua obra um texto do século anterior. É precisamente esse texto que hoje dispomos. Tornou-se absolutamente claro que desde que apareceu a crónica de 1419 que foi a sua narração do reinado de Afonso Henriques a base de toda a obra de Galvão. Este limitou-se a acrescentar o prólogo e dois capítulos, a retocar o estilo de todo texto e, aqui e além, muito raramente, a acrescentar uma breve notícia ou um comentário. No que se refere a expedição de Ourique, nada introduziu de essencial. O seu relato é fundamentalmente idêntico ao da Crónica dos sete Primeiros reis. (CINTRA, 1957: 8).

E desta forma conclui as inovações feitas por Duarte Galvão:

A Duarte Galvão só se devem: a indicação da data da batalha; uma considerável ampliação do discurso de Afonso Henriques; a notícia da fundação do mosteiro de Santa Cruz; o final do capítulo XV – a mais importante destas inovações, já que diz respeito à aparição (D. Galvão acrescenta palavras que Afonso Henriques teria dirigido a Cristo e refere e refere que “se afirma que neste apareçimentto foy o Primçepe certificado per Deus de sempre Portugall aver de ser conseruado em rregno [sic](*Idem*: 8).

Qual a relação da autoria ou não da *Crónica dos Cinco Reis* por Fernão Lopes com a construção da Batalha de Ourique como um símbolo para a identidade⁷ portuguesa? Toda. Isso porque Fernão Lopes é conhecido como o Cronista da Dinastia de Avis, e principalmente pela sua obra *Crónica de D. João I*, que narra pela primeira vez a consciência de identidade portuguesa a partir da Batalha de Aljubarrota. Essa ideia é exposta por Oliveira Martins: “O sentimento de independência nacional, a ideia de que os reis são os chefes da nação, e não os donos de uma propriedade que defendem e tratam de alargar, bem se pode dizer que só data da dinastia de Avis, depois do dia memorável de Aljubarrota.”(MARTINS, 1942: 27).

Oliveira Martins ainda diferencia a questão da identidade portuguesa nos reinados da Dinastia de Borgonha e da Dinastia de Avis. Enquanto na primeira podemos observar a inexistência dessa ideia de “português”; vemos o florescimento da mesma na

⁷Entende-se o conceito de identidade por: Cultural elements have endowed each community with a distinctive symbolic repertoire in terms of language, religion, customs and institutions, which helps to differentiate it from other analogous communities in the eyes of both its members and outsiders. SMITH, Antony D. **Ethno-symbolist and nationalism: A cultural Approach**. London And New York: Routledge, 2009. P, 25. Elementos culturais adotam cada comunidade com um repertório simbólico distinto em termos de língua, religião, costumes e instituições que ajudam a diferenciá-los de outras comunidades análogas pelos olhos tanto dos seus membros quanto das outras. (tradução minha). Assim, os mitos podem ser entendidos como elementos culturais que formam uma identidade, perpetuando em um determinado grupo de pessoas uma noção de unidade. Essa questão pode ser exemplificada quando o autor aqui discutido aborda a importância dos sacrifícios de Guerra e sobre os mitos de um povo como fator fundamental para a criação de uma identidade: Sacrifice and myths of war are particularly effective in creating the consciousness and sentiments of mutual dependence and exclusiveness, which reinforce the shared culture, memories and myths of common ancestry that together define a sense of ethnic community. *Idem*. p. 28. Sacrifícios e mitos de guerra são particularmente efetivos na criação de consciência e sentimentos de dependência mútua e exclusividade, que reforçam uma cultura compartilhada, memórias e mitos de ancestralidade comum que juntos definem um senso étnico de comunidade. (tradução minha) É a partir dessa perspectiva que entende-se os mitos vistos em Ourique como fatores que ajudaram a consolidar a identidade portuguesa.

Batalha de Aljubarrota, momento histórico narrado pela primeira vez por Fernão Lopes em sua *Crónica de D. João I*:

Não nos destacamos ainda bem do sistema dos Estados peninsulares: somos um deles, e a independência provem, exclusivamente, do espírito separatista da Idade Média personalizado no ciúme dos reis e barões portugueses. – Depois de Aljubarrota, porém, o sentido de independência nacional, torna-se popular, desde que a revolução do Mestre de Avis o faz coincidir com o interesse particular da revolução portuguesa. (*Idem*: 63).

Levando em consideração a contribuição dos textos de Fernão Lopes para a construção da identidade portuguesa e o caráter simbólico e mitológico sobre a fundação de Portugal na Batalha de Ourique a partir da *Crónica de D. Afonso Henriques* e da *Crónica dos Cinco Reis (Crónica de 1419)*, nos inclinamos a entender que Fernão Lopes de fato foi o autor desta crônica.

Podemos observar essa questão ao analisarmos os relatos das duas crônicas sobre as características dos acontecimentos em Ourique; da Batalha em si, do sonho de Afonso Henriques e a aparição de Jesus Cristo nos céus do campo de Batalha. Na *Crónica de Afonso Henriques*, escrita em 1505 por Duarte Galvão, observamos a exaltação do milagre da aparição de Jesus Cristo em Ourique, como dito por Miguel de Oliveira, de forma muito ornamentada. Vemos abaixo o trecho que o Ermitão se aproxima de Afonso Henriques e dá como certa a vitória deles contra os Mouros:

Quando foi à tarde, depois que o príncipe fez baixar as guardas em seu arraial, o ermitão que estava na ermida que acima dissemos veio a ele e disse-lhe: Príncipe D. Afonso, Deus te manda por mim dizer, que pela grande vontade e desejos que tens de o servir, quer que tu sejas ledo e esforçado: Ele te fará de manha vencer El Rey Ismar e todos os seus grandes poderes: e mais te mandar por mim dizer que quando ouvires tocar uma campainha que na ermida está, tu sairás fora e ele te aparecerá no céu, assim como padeceu pelos pecadores. E já antes disto ele tinha feito e dotado com grande devoção o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, à honra da morte paixão que nosso senhor recebeu na cruz: pelo o que é de crer que Deus lhe quis assim aparecer porque é onde cada um mais merece.⁸ (GALVÃO, 1995: 57).

⁸ Quando foy contra a tarde, depois que o primcipe fez poer as guardas em seu arrayall, o hirmitam que estaua na hirmida que a cima dissemos ueo a elle e disselhe: Primcipe Dom Affomssso, Deus te mamda per mim dezer, que polla gramde uomtade e deseios que teës de o seruir, quer que tu seias ledo e esforçado: elle te fará de manhã uemçer el Rey Ismar e todos seus grandes poderes: e mais te mamdar per mim dizer, que quando ouuyres tamjer huia campainha que na hirmida estaa, tu sairas fora e ele te apareçera no çeeo, assi como padeçeo pellos peccadores. E já amtes desto, ele tiinha feito e dotado com grande deuaçam ho moesteiro de Samta cruz de Coymbra, aa homrra da morte payxam que nosso senhor

Vemos em seguida o momento de aparição de Jesus Cristo a Afonso Henriques:

E tu senhor, sabes que por te servir, passo muita fadiga e trabalho contra estes teus inimigos. E pois, enquanto viver, não me partirei de teu serviço: a tua infinda piedade peço, que sempre me ajudes e tenhas em tua guarda, porque o inimigo de linhagem humana nem seria poderoso para me afastar de teu santo serviço, nem fazer que meus feitos sejam ante de ti aborrecidos. E desde que isto disse, com outras muito devotas palavras encomendou-se a Deus e à Virgem Gloriosa, sua Madre: Então encostou-se e adormeceu. E quando faltava uma hora e meia para o amanhecer, tocou-se a campainha como o ermitão dissera, e o príncipe saiu fora de sua tenda, e como o mesmo disse e deu testemunho em sua história, viu nosso senhor em cruz na maneira que dissera o ermitão: e adorou-o muito devotamente com lágrimas de grande prazer, confortado e animado com tal elevação e confirmação do Espírito Santo, que se afirma tanto que viu nosso senhor ter entre outras palavras falado algumas sobre coração e espírito humano, dizendo: Senhor aos hereges, eu sem nenhuma dúvida creio e espero em ti firmemente. Isso mesmo não é para deixar de crer, que também se afirma, que neste aparecimento foi o príncipe D. Afonso certificado por Deus de Portugal ser conservado em reino.⁹ (*Idem*: 58-59).

Na *Crónica de 1419*, ou *dos Cinco Reis*, podemos observar o mesmo ocorrido escrito de forma semelhante, talvez de forma um pouco menos detalhista que a crônica de Galvão. Vemos abaixo o aparecimento do ermitão e a mensagem que Afonso Henriques veria Cristo no céu:

Quando foi a tarde e que o príncipe fez pôr suas guardas em seu arraial, o ermitão que estava na ermida, veio a ele e disse-lhe: “Príncipe D. Afonso, Deus te envia a dizer por mim que, porque tu tens grande vontade de o servir, que por isto sejas esforçado, que ele te fará de manhã vencer Rei Ismar e todos seus grandes poderes. E ele

rreçeebo na cruz: pollo quall he de creer que lhe quis Deus assi apparecer porque per homde cada huñ mais mereçe.

⁹ E tu senhor, sabes que por ti seruir, passo muyta fadiga e trabalho comtra estes teus jniguos. E pois em quamto uiuer, me nam ey de partir de teu seruiço: a tua jnffijmda piedade peço, que sempre me ajudes e tenhas em tua guarda: porque o jmiguo de linhagem humanall nam seia poderoso pera me toruar de teu samto seruiço, nem fazer que meus feitos seiam amte ti auorreçidos. E des que esto disse, com outras muy deuotas pallauras, emcomemdoussse a Deus e aa Virgem Gloriosa sua Madre: emtam emcostoussse e adormeçe. E quamdo foi huña meã ora amte manhã, tamgeoussse a campãa como ho jrmitam dissera, e o príncipe sayosse fora de sua temda, e segumdo lhe meesmo disse, e deu testemunho em sua estoria, uiu Nosso Senhor em cruz na manera que dissera o jrmitam: e adorouho muy deuotamente com lagrimas de gramde prazer, comfotado e animado com tall emleuamemto e comfirmaçam do Spiritu Samto, que sse afirma tamto que uio Nosso Senhor auer amtre outras pallauras fallado a alguñas sobre coraçam e spiritu humano, dizemdo: Senhor, aos hereges, faz mester appareceres, ca eu sem nenhũa duuyda creo e espero em ti firmememte. Isso meesmo nam he para leixar de creer, o que também sse afirma, que neste apareçimemto foy o principe Dom Affomssso certificado per Deus de Portugall aver de seer comseruado em rregno.

te manda por mim dizer que, quando ouvires tocar uma campainha que em esta ermida está, que tu saias fora e ele te aparecerá no céu assim como ele padeceu pelos pecadores”. E o príncipe ficou deste modo muito esforçado e, depois que se partiu o homem bom dele, fincou os joelhos na terra e disse: Ó bom senhor, Deus todo poderoso, a que obedecem todas as criaturas e todas estão a teu mandar e sob teu poderio, a ti só agradeço eu os muitos bens e mercês que me tem feito e me fazes, peço a tua mercê que sempre me tenhas em tua guarda, que o poder do inimigo da linhagem humana não seja tanta que me afaste de teu santo serviço nem que os meus feitos sejam tais que sejam aborrecidos por ti. ¹⁰(Crónica de Portugal de 1419, 1998: 20-21).

Logo em seguida, a crônica expõe a aparição de Jesus Cristo para o monarca português como presságio da vitória deles sobre os sarracenos na Batalha de Ourique, ocorrendo em seguida grande movimento litúrgico entre os portugueses:

E, faltando uma hora e meia para amanhecer, toca-se a campainha de o Rei saiu de sua tenda e, assim como ele disse e deu testemunho em sua história, viu nosso senhor Jesus Cristo da forma como o ermitão dissera e adorou-o com grande alegria e com lágrimas de prazer de seu coração. E, como o Nosso Senhor desapareceu, e ele muito alegre e esforçado veio-se para sua tenda e fez-se armar e mandou logo dar as trombetas e atabaques e anafis e foram todos alevantados e começaram-se a manifestar e ouvir missas e comungar todos com grande devoção. ¹¹(*Idem*: 21).

Na crônica de Duarte Galvão, podemos observar os momentos anteriores à Batalha. Afonso Henriques nesse momento anima seus companheiros portugueses a fazer com que estes encarem o numeroso exército mouro. Nesse momento, seus companheiros o pedem para o aclamarem rei de Portugal, e por fim, vemos a coroação do monarca como primeiro rei português:

¹⁰ Quando foi a tarde e que o príncipe fez por suas guardas em seu arrayal, ho ermitão que estava na ermida veu a ele e disse-lhe: “Príncipe dom Afonso, Deos te envia a dizer per mym que, porque tu ás grande vontade de o servir, que por esto sejas esforçado, que ele te fará de menha vencer Rey Ismar e todolos seus grandes poderes. E ele te manda per mim dizer que, quando ouvires tanjer esta campaynha que em esta ermida está, que tu sayas fora e ele te aparecerá no ceo asy como ele padeceu pelos pecadores”. E o príncipe ficou deste modo muy esforçado e, despois que se partyo ho homem bõ delle, fimquou os jyolhos em terra e dise: Ho bõ Senhor Deos todo poderoso, a que obedecem totalas criaturas e todas som a teu mandar e sob teu poderio, a ty soo agradeço eu os muytos bens e merçes que me as feyto e me fazes, peço aa tua merçe que sempre me tenhas em tua guarda, que o poder do immiguo da linhagem umanal não seja tanto que me torne de teu santo serviço nem que os meus feytos sejam tays que sejam avorecidos ante ty.

¹¹ E, quando veyo ante menha hũa meya ora, tanjê-se a campam e el-rey sayo-se fora de sua tenda e, asy como ele disse e deu testemunho em sua estória, vyo Nosso Sennhor Jhesu Christo em a cruz pela guysa que lh-o irmitom disera e adorou-o com grande ledice e com lágrimas de prazer de seu coração. E, como lhe Nosso Senhor desapareceo, e ele muy ledo e esforçado veo-se pera sua tenda e feze-se armar e mandou loguo dar as trombetas e atabaques e anafis e forom todos alevantados e comemсарom-se de memfestar e ouvyr misas e comungar todos com grande devação.

Partiu o príncipe e sua gente em quatro azes, na primeira colocou trezentos de cavalo e três mil homens à pé, e na retaguarda fez outra az em que iam outros trezentos de cavalo e três mil homens à pé, uma das alas fez duzentos de cavalo e dois mil à pé; outra ala fez outros tantos, que eram por todos dez mil homens à pé e mil à cavalo. Na primeira az fora o príncipe Dom Afonso com muitos bons cavaleiros. E assim, desde que o sol saiu e feriu as armas dos cristãos, indo acompanhados da graça de Deus, refletiam e reluziam de forma tão grande, que ainda que poucos fossem, não existia poder maior que os fizessem temer. Os mouros também de seu cabo, postos no campo, fizeram de si doze azes de gente muito grossa, assim à pé como de cavalo: e quando os senhores e grandes que estavam com o Príncipe Dom Afonso, viram as azes dos mouros e a grande multidão deles sem conto, chegaram ao Príncipe e disseram: Senhor, nós vimos a vós que nos façais uma mercê, a qual será grande bem e honra aos que aqui viverem, e aos que morrerem e a todos de sua geração. O príncipe lhes respondeu que dissessem, que não havia coisa que em seu poder fosse de fazer, que de boa vontade não fizesse. Eles disseram: Senhor, o que toda esta vossa gente vos pede, é que vos consinta que vos façam Rei, e assim haverá mais esforço para pelejar. Respondeu ele e disse: Amigos, senhores e irmãos eu assaz tenho de honra e senhorio entre vós, por sempre ser de vós muito servido e aguardado, e por isto me contento assaz, não me quero chamar Rei nem sê-lo: mas eu como vosso irmão e companheiro, vos ajudarei com o meu corpo contra esses infiéis inimigos da fé. Senhor, reze a Deus que assim seja, e não menos o esperamos de sua graça, porem pera ele ser melhor servido de vos e de nós neste feito, e em todos os outros adiante, é muito necessário que vós alcemos por Rei, e não deve uma só vontade vossa afastar a de todos, o que vós o tanto pedimos e desejamos. O Príncipe vendo-se tão próximo deles, disse que pois assim era, que fizessem o que lhes parecesse. E então todos o levantaram por Rei bradando com grande prazer e a alegria: Real, Real, pelo Rei Dom Afonso Henriques de Portugal.¹² (GALVÃO, 1995: 61-63).

¹²Partiu o príncipe e sua gente em quatro azes, na primeira meteo trezentos de caualllo e três mill homeês de pee, e na rreguarda fez outra az em que hiam outros trezentos de caualllo e trez mill homeês de pee, hũa das allas fez de duzentos de caualllo e dous mill de pee; outra alla fez doutros tamtos, que eram por todos dez mill homeês de pee e mill de caualllo. Na primeira az hia o príncipe dom Affonso com muy bõos caualleiros. E assi que des que o soll sahio e ferio nas armas dos christãos, mayormente hindo acompanhados na graça de Deus, espramdeçiam e rreluziam tam grandememte, que ajmda que poucos fossem auia poder mayor que os nam temessem. Os mouros também de seu cabo, postos no campo, fezeram de ssi doze azes de gemte muy grossa, assi de pee como de caualllo: e quamdo os senhores e grandes que estauom com o Primçipe dom Affonso, uiram as azes dos mouros e a gramde multam delles sem comto, chegaram ao Primçipe e disseram: Senhor, nos uimos a uos que nos façaes huũa mercê, a quall sera gramde bem e homrra aos que aqui uiuerem, e aos que morrerem e a todollos de sua geeraçam. O primçipe lhes rrespomdeio que dissessem, que nam auia cousa que em seu poder fosse de ffazer, que de boa uomtade nam fizesse. Elles disseram: Senhor, o que toda esta uossa gente uos pede, he que uos consimtaes que uos façam Rey, e assi auera mais esforço para pelleiar. Respomdeio elle e disse: Amigos, senhores e irmaãos eu assaz tenho de homrra e senhorio amtre uos, por sempre seer de uos muy seruido e aguardado, e por disto me contento assaz, nam me quero chamar Rey nem seello: mas eu como uosso irmaão e companheiro, uos ajudarey com o meu corpo comtra esses jmfiees jmjigos da ffee. Senhor, praza a Deus que assi seia, e nam menos ho esperamos de sua graça, porem pera elle seer milhor seruido de uos e de nos neste feito, e em todollos outros adiamte, he muy neçessario que uos alcemos por Rey, e nam deue huũa so uomtade uossa toruar a de todos, que uollo tamto pedimos e deseiamos. O Primçipe ueemdosse tam afficado delles, disse que pois assi era, que fezessem o que lhes parecesse. E

Antônio José Saraiva aponta um “discurso Cortês” por parte de Afonso Henriques, não aceitando o privilégio de se tornar o monarca de Portugal. Esse trecho vai ser reproduzido em ambas crônicas:

Segue-se a descrição do exército português ordenado para a batalha. É antes desta se travar que os Portugueses pedem a D. Afonso Henriques que consinta que o façam rei. Ele recusa com um discurso cortês: “não me quero chamar rei nem o ser, mas eu como vosso irmão e companheiro vos ajudarei”. Mas acabou por ceder, “e esses mais cavaleiros que ai eram o alevantaram por seu rei, bradando todos com muito prazer e alegria dizendo: “Real, real, real por El-rei D. Afonso Henriques, rei de Portugal”.(SARAIVA, 1995: 164-165).

Assim como ocorre na *Crónica de D. Afonso Henriques*, o mesmo acontece na *Crónica de 1419*. Os portugueses em batalha ficam receosos pelo número de sarracenos no campo de batalha e momentos antes consagram Afonso Henriques como primeiro rei português.

E, quando os senhores e grandes que estavam com o príncipe viram as azes dos mouros levantadas no campo, chegaram do campo ao príncipe e disseram-lhe: “Senhor nós vimos como a vós para que nos façais uma mercê, a qual será grande honra aos que aqui viverem e aos que morrerem e a todos de sua geração: Senhor o que a nós; e todas estas gentes consinta que vos façam rei e terão estas gentes maior esforço para pelejar.” Respondeu ele e disse: “Amigos, senhores e irmãos, eu assaz ei de honra entre vós porque fui sempre de vós bem servido e guardado. Porém disto me contento e não me quero chamar Rei nem o ser, mas eu, como companheiro e irmão vos ajudarei contra estas gentes inimigas da fé como vós verdes. De mais, e ainda que tal coisa fosse o lugar não é propício para se tal coisa fazer, mas sedes fortes e não temeis nada, que o senhor Jesus Cristo, pela fé do qual nós estamos prestes por derramar nosso sangue, ele nos ajudará contra eles e os dará em nossas mãos. “Senhor” disseram eles, prazerá a Deus que assim seja, porém, mas todavia, será bem que vos alcemos por Rei”. E então, vendo-se próximo a muitos deles [D. Afonso Henriques] disse: “Pois assim é, façam como bem entendam”. E então esses nobres e maiores cavaleiros o alevantaram por Rei: bradando todos com grande alegria: “ Real, real por D. Afonso Henriques, Rei de Portugal”.¹³ (*Crónica de 1419*, 1998: 21).

emtam todos ho leuamtaram por Rey braadamdo com gramde prazer e a allegria: Reall, Reall, por el Rey dom Afomssso Hamrriquez de Portugall.

¹³ E, quando os senhores e grandes que estavam com ho primcipe virom as azes dos mouros arrayadas no campo, chegarom ao campo ao primcipe e disserom-lhe: “Senhor nos vimos a vos que nos façaes hũa merçe, a qual será grande honra aos que aquy viverem e aos que morrerem e a todolos de sua geração: Senhor, ho que nos, todas estas gemtes, comsentaes que vos ffaçam Rey e averom estas gentes mayor esforço pera pelejar.” Respondeo ele e dise: “Amiguos senhores e irmãosos, eu assaz ey de homrra antre

Sobre esses relatos das crônicas supracitadas podemos constatar que em ambas vemos a construção de mitos em torno da Batalha de Ourique. Vemos nesses trechos acima expostos uma unidade de grupo e de organização pautada por valores culturais e religiosos, passando-nos a clara ideia da existência do povo português no período da Batalha. Dessa forma, entendemos que Duarte Galvão e provavelmente Fernão Lopes ornaram em suas obras uma unidade lusitana inexistente no período da Batalha narrada. A presença de Deus ajuda a legitimar essa solidariedade grupal existente, dando a ideia de que a presença divina teria ajudado a formar o povo e o reino português.

Outra questão duvidosa exposta nas duas crônicas seria a aclamação de Afonso Henriques como rei. Sabemos da dúvida deste título, porém seria de grande importância a presença real para a fundação do povo luso. Como afirma José Maria Rodrigues, em meio à luta na Batalha de Ourique, Duarte Galvão expõe que a coroação do monarca português faria com que o exército de Afonso Henriques batalhasse melhor: “O cronista conta, com vários pormenores, como os portugueses, antes de travada a batalha, se dirigiram a D. Afonso Henriques e lhe pediram consentisse em ser aclamado rei, pois assim pelejariam com mais esforço.” (RODRIGUES, 1905: 48).

Essas alegorias presentes na obra de Duarte Galvão foram, no final do século XVI, transportadas para *Os Lusíadas*, servindo a produção de Galvão como importante fonte da épica. Dessa forma, o poema traz uma série de características das crônicas anteriores, permanecendo na literatura portuguesa essa narrativa da construção da identidade portuguesa, tema que foi exaustivamente trabalhado por Camões.

José Maria Rodrigues cita especificamente a Batalha de Ourique como exemplo da ligação entre Luís de Camões e Duarte Galvão: “Foi também a chronica de Duarte Galvão que forneceu ao poeta os elementos históricos (digamos assim) para a narrativa da chamada batalha do campo de Ourique.” (*Idem*: 46).

Hernani Cidade aponta a aparição de Jesus Cristo na epopeia camoniana, mostrando que a força dos Mouros foi um fator de fundamental importância para a intervenção divina. “Assim, temos, em primeiro lugar, o espetáculo da força de Ismar e

vos porque fuy sempre de vos bem servido e guardado. Porem desto me contento e não me quero chamar Rey nem o ser, mais eu, como companheyro e irmão vos ajudarey contra estas gentes inimguas da fee como vós veredes. De mais, ainda que Atal cousa fose, o lugar não he guysado pera se tal cousa fazer, mas sedes fortes e não temedes nada, que o senhor Jhesu Christo, pela fee do qual nos somos prestes pera espargir nosso sangue, ele nos ajudará contra eles e os dara em nossas mãos. “Senhor”, disseram eles, “prazerá a Deos que asy seja, porem mais todavia sera bem que vos alcemos por Rey”. E emtom ele, vendo-se afimquaado muyto deles, dise: “Pois assy he, ffazê como por bem tiverdes”. E entom, eses mayores e nobres cavaleyros que hy erom o levantaram por Rey, bradando a todos com grão alegria: “Real, real, por el-rey dom Afonso Amriquez de Portugal!”.

dos quatro reis a quem ele chefia – para fazer sentir a necessidade da intervenção miraculosa, unânime ansiedade no arraial lusitano”. (CIDADE, 1968: 157). O trecho destacado por Hernani Cidade sobre a Lenda de Ourique é representado abaixo na estrofe d’*Os Lusíadas*, atenta-se para a coroação de Afonso Henriques:

A matutina luz serena e fria,
As estrelas do polo já apartava:
Quando na cruz, o filho de Maria,
Amostrando-se a Afonso o animava.
Ele adorando quem lhe aparecia,
Na fé, todo inflamado assi gritava:
- “Aos infiéis, Senhor, aos infiéis,
E não a mi, que creio o que podeis!

“Com tal milagre os ânimos da gente
Portuguesa inflamados, levantavam
Por seu rei natural este excelente
Príncipe, que do peito tanto amavam:
E diante do exército potente
Dos imigos gritando o céu tocavam:
Dizendo em alta voz: - “ Real, real,
Por Afonso, alto Rei de Portugal” (III, 45 – 46)(CAMÕES, s/d: 96).

Dessa forma, Luis de Camões dá continuidade aos mitos da Batalha de Ourique iniciados nas crônicas. Observa-se a valorização da unidade e da importância de Deus para a vitória dos portugueses contra a multidão de Sarracenos. Além da legitimação da identidade portuguesa a partir da providência e da derrota do infiel, devemos entender a importância da utilização desse episódio histórico n’*Os Lusíadas*. A Batalha de Ourique estava diretamente ligada ao contexto político português do século XVI. Cleonice Berardinelli resume de forma muito objetiva o que representa a Batalha de Ourique no momento de escrita da épica. É a partir desse evento histórico que se entende uma política expansionista de Portugal.

Ourique é o primeiro passo na dilatação da fé e do Império (I, 2 vv. 2 – 3); o inimigo é o mouro, contra quem é louvável pelejar. Não importa que sejam eles os donos da terra que há muito se apossaram: é preciso vencê-los para dar início a arrancada rumo ao sul, que chegará ao Algarve e continuará pelo mar afora. A batalha é duvidosa: Um rei português contra cinco reis mouros, cem infiéis para um cristão. Súbito, o milagre: o Cristo crucificado mostra-se a todos; os ânimos se acendem, é a vitória portuguesa. (BERARDINELLI, 2000: 58 – 59).

Podemos, dessa forma, entender que o “milagre de Ourique” é um instrumento de legitimidade cultural e política, já que é a partir dele que Portugal vai afirmar sua

autonomia sobre os outros reinos da península ibérica. Essa questão é afirmada por Antônio José Saraiva:

O “milagre de Ourique”, que aqui vem pela primeira vez relatado (250 anos depois de seu suposto acontecimento), vai ser o mito que justifica a independência durante cerca de quatro séculos. Será novamente invocado e engrandecido após a perda da independência, em 1580, porque fundava a independência num direito superior ao dos reis. (SARAIVA, 1995: 166).

Podemos concluir que a construção da Batalha de Ourique e de seus respectivos mitos e lendas foram possíveis apenas a partir das crônicas aqui expostas, formando nessa mitologia importantes singularidades da identidade do povo português. Observa-se essa questão a partir do seguinte trecho de Luis Felipe Lindley Cintra:

Este grupo de textos cronísticos - associado a outras fontes contemporâneas - revela com suficiente clareza que esse relato tinha como episódios fundamentais: a entrada do infante no Alentejo, sua penetração até o campo de Ourique e seu encontro com o exército de Ismar e de outros cinco reis mouros; a sua aclamação como rei; a própria batalha - grande vitória cristã; a escolha pelo rei de umas armas que recordassem aos vindouros e o favor divino que a permitira; o regresso triunfal a Coimbra. (CINTRA, 1957: 35).

A importância da Batalha de Ourique e suas respectivas lendas introduzem um discurso legitimador, atribuindo um sentido sagrado à existência e a ação dos portugueses ao longo da sua própria formação como povo. Entende-se também que a própria ideia de povo português não vai ser formada com a Batalha aqui discutida, mas em um momento posterior, no momento de criação da escrita e de construção dessas lendas referentes à Batalha. Nos relatos anteriores, e mais próximos da Batalha em si, não se encontram numerosas referências ao povo português, porém, quando esses discursos da origem de Portugal são escritos posteriormente, existe uma preocupação em expor a origem desse grupo identitário.

Dessa forma, analisa-se a relação do surgimento do povo português com a Batalha de Ourique, quando se inventa, ou se discursa, sobre sua origem. Isso quer dizer que essa identidade já se faz existente no período de escrita das crônicas do século XV, porém não significa que esse povo e essa identidade tenham como berço a luta de Afonso Henriques contra o rei Ismar.

Fontes:

- CAMÕES, L. de. *Os Lusíadas*. Porto: Livraria Lello & irmão, s/d.
- Crónica de Portugal de 1419*. Edição crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado. Coimbra: Universidade de Aveiro, 1998.
- GALVÃO, Duarte. *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.
- História dos Godos*. In: *Fontes Medievais da História de Portugal: anais e crônicas*. Seleção Prefácio e Notas de Alfredo Pimenta. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1982.
- Pequenas crônicas de Santa cruz de Coimbra*. In: *Fontes Medievais da História de Portugal: anais e crônicas*. Seleção Prefácio e Notas de Alfredo Pimenta. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1982.

Bibliografia:

- BASTO, A. de Magalhães. *Estudos: Cronistas e Crônicas antigas – Fernão Lopes e a Crónica de 1419*. Porto: Universidade do Porto, 1959.
- _____. *Fernão Lopes: Suas “crônicas perdidas” e a crónica geral do reino – a propósito duma crônica quatrocentista inédita dos cinco primeiros reis de Portugal*. Porto: Progredior, 1943.
- BERARDINELLI, Cleonice. *Estudos Camonianos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Unesp, 2012.
- CESAR, V. José. *Ainda a batalha de Ourique*. Porto: Emp. Industrial gráfica do Porto, 1934.
- CIDADE, Hernâni. *Luis de Camões – O épico*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1968.
- CINTRA, L. F. Lindley. *Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1957.
- OLIVEIRA, Martins de. *Ourique em Espanha: Nova solução de um velho problema*. Lisboa: Pro Domo, 1944.
- MARTINS, Oliveira de. *História de Portugal*. Lisboa: Livraria, 1942.
- PEREIRA, J. Costa. *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*. Lisboa: Alfa, 1990.
- PIMPÃO, A. G. da Costa. *História da Literatura Portuguesa: Idade Média*. Coimbra: Atlanta, 1959.
- RODRIGUES, J. Maria. *Fontes dos Lusíadas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1905.

- SARAIVA, A. José. *A épica Medieval portuguesa*. Portugal: Bertrand, 1979.
- _____. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva Publicações, 1995.
- SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas, 1968.
- SMITH, Antony D. *Ethno-symbolist and nationalism: A cultural Approach*. London And New York: Routledge, 2009.